

Painel I

**Avaliação e Qualidade na
Perspectiva da Escola**

CNE

CNE

AVALIAÇÃO COLEGIAL E ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA PARA A DIVERSIDADE

JOSÉ FRANCISCO DE ALMEIDA PACHECO*

Esta não será uma intervenção pessoal, pois represento uma equipa de projecto e fui por ela mandatado. Trata-se de um projecto que tem quase tantos anos de existência quantos os do regime democrático, um projecto consolidado que instituiu novas práticas sociais e escolares, e – ressalvada a presunção – talvez tenha estabelecido bases para novas teorias.

Irei falar-vos de uma prática singular, que poderá propiciar o acesso a diferentes perspectivas, indicadores e critérios de avaliação. Pedi para disponibilizar um aparelho de vídeo, para que seja mais fácil de perceber o modo como se trabalha, para se perceber o modo como se avalia.

A palavra *avaliação* integrou o léxico do nosso projecto, desde o seu início. E algumas grandes interrogações resultaram de um quarto de século de avaliações do que íamos fazendo, avaliações concretizadas quotidianamente, em reuniões bissemanais (que iam até à hora que fosse preciso...), e em reuniões mensais com os pais dos alunos.

A avaliação que fomos realizando ao longo de 26 anos conflituava com as práticas de avaliação de que íamos tendo conhecimento através da consulta de relatórios e de bibliografia disponível. Ainda que coerente com a tendência instituinte do nosso projecto, a nossa avaliação afigurava-se pouco ortodoxa e divergente. E levantávamos questões fundadoras: que avaliação da qualidade...

1. Que avaliação é possível concretizar em contextos que se mantêm cativos de rituais sem sentido, em escolas que não questionam a estrutura herdada do modelo industrial do século XIX, que não questionam a racionalidade que subjaz a sua organização?

Quando acolhemos na nossa escola investigadores, verificamos quase sempre uma generalizada tendência para reduzirem as realidades observadas à dimensão daquilo

* Direcção Executiva da Escola Básica n.º 1 de Vila das Aves.

que consideram “normal”, uma réplica do processo de naturalização das escolas ditas “normais”. Prevalece uma acentuada tendência para ver o novo com velhos olhares, à medida das representações e práticas de investigação tradicionais. Preocupava-nos a conformidade com modelos de análise que se ajustavam às ditas escolas “normais”, mas que não se adequavam ao nosso contexto e não o deixavam ver claramente visto...

2. Que critérios de qualidade seleccionar?

Preocupámo-nos (e muito!) com pressupostos e implícitos. Para muitos avaliadores com que nos deparámos, a educação prefigurava-se como um grande mercado, e detectávamos no discurso corrente desses investigadores a predominância de vocábulos como: eficiência, eficácia, empresa, emprego, creditação, gestão racional, interações mercantis, produtividade. A tal ponto, que chegámos a pensar que, qualquer dia, a organização mundial de comércio ainda iria vender pacotes de educação certificados (perdoai a ironia...).

3. Para que se faz avaliação?

Acontece que, ao longo de mais de um quarto de século, assistimos ao desaparecimento de dezenas de projectos semelhantes ao nosso, projectos servidos por gente tanto ou mais generosa que nós e avaliados por especialistas. Não conseguimos entender por que razão o nosso projecto se manteve e prosperou... Terá sido porque reciclámos os conceitos de qualidade e de sustentabilidade?

4. De que dependerá a qualidade que assegura a sustentabilidade?

Não aspirámos ao reconhecimento da qualidade que cristaliza e antecipa processos de degeneração, recusámos o auto-comprazimento, tudo fizemos para que a avaliação não se transformasse em desperdício, para que não viéssemos a constituir-nos num cenário de excepção perecível. Em 1995, escrevemos nos nossos registos de avaliação que “a mudança sustentável” andara dependente e iria depender, futuramente, de alguns factores:

1. Da formação de uma equipa de professores, a partir da definição dum perfil de professor subordinado a uma cultura pessoal e profissional específica (sei que isto está nos livros, mas estou a falar da prática...);
2. De uma autonomia construída num exercício praxeológico permanente;
3. De uma avaliação efectivamente integrada na qual participem activamente os pais dos alunos e outros agentes;

4. Da estabilidade da equipa de projecto associada a uma efectiva avaliação de desempenho profissional;
5. De uma liderança partilhada e precariamente outorgada.

Creemos que a tarefa mais urgente para quem busque a avaliação da qualidade será a de definir novos critérios de avaliação, critérios subordinados a uma perspectiva ecológica de acompanhamento da inovação, cujos dispositivos tradicionais de avaliação não conseguem contemplar. De outro modo, apenas se legitimará uma avaliação – que se nos afigura inútil – de cristalizações de inovações.

No nosso caso, os dispositivos de avaliação foram introduzidos a par de dispositivos de construção de autonomia. Nunca usufruímos de autonomia recebida, mas daquela que conquistámos. Habitamo-nos a fazer a avaliação pensando pelas nossas cabeças. Se as leis se adequavam aos interesses das nossa crianças e às características do nosso projecto, cumpríamo-las; se não se adequassem, transgredíamo-las, fundamentando a transgressão.

Em 1976, foram definidos como objectivos: concretizar uma efectiva diversificação das aprendizagens tendo por referência uma política de direitos humanos que garantisse as mesmas oportunidades educacionais e de realização pessoal para todos; promover a autonomia e a solidariedade (os valores matriciais eram a liberdade e a solidariedade); operar transformações nas estruturas de comunicação e intensificar a colaboração entre instituições e agentes educativos.

Simultaneamente, foram instituídos dispositivos de formação (círculo de estudo que agregava professores de outras escolas) e de auto-regulação (reuniões bi-semanais da equipa de projecto, onde eram analisados os dados de avaliação entretanto recolhidos). Sem deixar de contemplar a dimensão dos resultados das aprendizagens alcançados pelos alunos, a avaliação incidiu sobretudo nos processos de mudança, nomeadamente no que se refere à que se operou na cultura pessoal e profissional dos agentes envolvidos no projecto e na cultura da escola.

Ao longo de mais de 25 anos, impôs-se como óbvio que, sem uma profunda alteração cultural, as inovações introduzidas seriam superficiais, não garantiriam perenidade ao projecto. Mais recentemente, ao aceitar o desafio da passagem a EBI, exigimos que fosse criada uma comissão de avaliação externa. Já tínhamos cruzado resultados da nossa avaliação com conclusões de estudos levados a cabo por investigadores na nossa escola. Mas compreendemos que, para melhor compreender a nossa cultura, seria necessário descentrarmo-nos, seria útil abrimo-nos a diferentes olhares.

A reflexão sobre os dados recolhidos inicialmente provocou algumas interrogações. As respostas a essas interrogações deram origem a profundas mudanças na organização da escola, na relação entre a escola e os encarregados de educação dos alunos e nas relações estabelecidas com diferentes parceiros locais.

No sentido de promover alguma justiça cognitiva, questionámos a tradicional segmentação em anos e ciclos. Não nos centrámos, exclusivamente, numa avaliação de produto – que, normalmente, se reportava apenas ao domínio do cognitivo – pois não poderíamos fazer comparações entre alunos em relação a uma norma, se eles se comparavam a si próprios. É muito mais significativo para o sucesso dos nossos alunos a capacidade de adquirirem e de poderem produzir conhecimento sobre conhecimento, do que debitarem “conhecimentos” em instrumentos de avaliação tão falíveis como os testes tradicionais.

A preocupação com a avaliação do nosso projecto foi sempre isomórfica com a avaliação dos nossos alunos. Recusámos processos de avaliação da qualidade que se traduzem numa mera verificação de acumulação cognitiva fornecedora de indicadores para elaboração de escalas de classificação.

UMA ESCOLA DE TODOS PARA TODOS

ANA PÁSCOA*

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer o convite ao CNE, em meu nome pessoal e em nome da Escola, pela oportunidade de participar neste debate e poder apresentar a perspectiva da Escola Secundária de Linda-a-Velha, onde trabalho há longos anos.

Sendo o tema deste debate Qualidade e Avaliação da Educação, começo por referir a importância que a avaliação de uma escola tem para a promoção da qualidade; a avaliação é necessária à vida da escola e é útil, sobretudo quando visa a resolução dos problemas detectados, a tomada de decisões pela própria escola ou pelo Ministério da Educação, com vista à sua superação. Qualquer outra avaliação desligada de um contexto e sem estes objectivos, parece ser actividade pouco produtiva, conducente, eventualmente a alguns efeitos perversos.

Aqui se situa, por exemplo a pretensa “avaliação” das escolas divulgada em Agosto de 2001, através da publicação das notas obtidas em exame nacional do 12.º Ano, com todo o impacto mediático de que este facto se revestiu, motivando inúmeros artigos e posições em diversos órgãos de comunicação social, pronunciando-se inclusive sobre o assunto pessoas que revelaram um total desconhecimento das escolas. (como todos sabemos, pelo que não valerá a pena insistir nessa referência, tanto mais que suponho que tal assunto não caberia no âmbito deste debate).

A publicitação destes resultados e a ordenação/hierarquização das escolas não permite, de modo nenhum, concluir que uma escola tem mais qualidade que outra, ou que é melhor ou pior que outra; no fundo, o *ranking* confirma aquilo que já se sabia: as desigualdades existentes entre escolas do litoral urbano e do interior rural do país, por exemplo, ou entre as escolas frequentadas por alunos das classes média e alta e escolas frequentadas por alunos das classes mais desfavorecidas. Assim, mais uma vez, constatamos que a escola é o reflexo da sociedade que temos.

*Directora Executiva da Escola Secundária de Linda-a-Velha

Os dados foram publicitados ignorando um conjunto de factores explicativos, tais como: o contexto social e económico dos alunos, a possibilidade (económica e/ou cultural) que as famílias têm (ou não) de apoiar os filhos; as desigualdades inerentes ao funcionamento das escolas (tamanho das turmas, orçamentos...); o facto de ser (ou não ser) uma escola inclusiva. Não esqueçamos que, por vezes, um bom resultado em exames decorre de uma selectividade de alunos feita ao longo do ano; a opção duma escola não pode ser apenas a do treino para um bom desempenho em exames, ignorando outros aspectos importantes do desenvolvimento do aluno.

Qualquer avaliação das escolas necessita de um enquadramento que, no caso do *ranking*, esteve totalmente ausente.

A reflexão sobre os resultados dos exames tem vindo a ser feita sistematicamente e há vários anos na Escola Secundária de Linda-a-Velha, sendo os dados divulgados à comunidade escolar desde os primeiro ano com exames nacionais para conclusão do secundário. Este ano, e continuando esta prática, foi o que se fez...

Conselho Executivo, Conselho Pedagógico e Assembleia de Escola analisaram os resultados dos exames, os percursos e trajectos dos alunos, as competências adquiridas ao longo do processo escolar. Esta reflexão constatou, uma vez mais, a existência dos cursos tecnológicos frequentados por alunos cujo perfil não pode ser comparável ao dos seus colegas dos cursos para prosseguimento de estudos e cujos resultados baixam a média global.

Os órgãos de gestão deram indicações precisas para os grupos disciplinares e/ou os departamentos curriculares analisarem as diferenças detectadas entre a Classificação Interna Final e os exames, bem como os desvios em relação às médias, e as disciplinas em que, de uma forma persistente, se têm mantido os resultados abaixo da média.

A nossa escola apresenta valores superiores à média em 17 dos 26 exames aqui realizados e a impressão geral é positiva e gratificante.

Insisto que esta discussão/reflexão não surge como consequência do *ranking*, mas tem vindo a ser feita nos últimos anos. Também em relação à comunidade envolvente não nos chegaram dados de que esta divulgação atraiu ou afastou alunos da escola.

Como avaliar, então, a qualidade de uma escola? O que entendemos ser uma escola de qualidade? Em nosso entender, uma escola com qualidade é uma escola com

sucesso educativo, o que pressupõe não só o sucesso em exames, mas também uma escola em que os alunos tenham possibilidade de desenvolver cabalmente as suas potencialidades, de superar as suas limitações, de evoluir.

Este é o caminho que a Escola Secundária de Linda-a-Velha tem vindo a trilhar, e que está nomeadamente expresso no Projecto Educativo para o último triénio.

“A história desta escola confunde-se com a história da educação em Portugal nos últimos 20 anos. Fundada em 17 de Dezembro de 1979, em pleno momento de explosão democrática do ensino, tem sido palco e protagonista de um percurso complexo de aprendizagens e experiências, vivido com um espírito de inquietação e procura, de que nos orgulhamos. Aos desafios impostos pela constante evolução social, a escola tem respondido sempre de uma forma empenhada, ajustando as suas práticas às necessidades mais prementes dos alunos cuja composição social, económica, cultural e étnica tem conhecido mudanças significativas. Por isso, os momentos de alguma conflitualidade que advêm, quer das mudanças permanentes que a educação hoje nos impõe, quer da afluência de alunos de proveniência e perfis diversíssimos, têm sido ultrapassados de uma forma que parece ser quase natural e espontânea, mas que é fruto de um esforço conjugado e reflectido.” (P.E.)

Para a elaboração do Projecto a escola partiu da sua realidade envolvente, constatada através de inquéritos aos diversos intervenientes, que se centraram em três questões: Quem somos? Como trabalhamos? Que escola queremos?

Do resultado desta pesquisa conclui-se que:

- Como em muitas escolas do centro e proximidade de Lisboa a população escolar tem vindo a diminuir, situando-se actualmente na ordem dos 900 alunos; é uma população de proveniência social heterogénea, coexistindo a classe média com cerca de 20% de alunos morando em bairros sociais de realojamento e em bairros degradados (16 e 5% respectivamente). Embora a maioria dos alunos seja de origem portuguesa, há um elevado número com origem africana. Esta coexistência multicultural é, necessariamente, um factor de enriquecimento da escola, embora traga alguns problemas, sobretudo no que diz respeito ao domínio da Língua Portuguesa, com implicações a nível cognitivo ou relacional.
- O corpo docente é composto por professores do quadro, e é estável há longos anos. A ligação à Escola é sólida e reforçada pela proximidade da residência. A maioria desempenha outras funções na Escola – cargos de eleição, coordenação do departamento, direcção de turma, coordenação de projectos curriculares.

- A escola possui um número de funcionários razoável, dos quais 37% apenas possuem o 1.º Ciclo do Ensino Básico e 26% o Secundário.
- A Escola é sentida genericamente como tendo um bom ambiente; a maioria dos professores e funcionários considera muito boas ou boas as relações interpessoais e o seu trabalho gratificante (aqui com uma ligeira maioria – 57% de professores e 53% de funcionários).

“Com este trabalho foi possível detectar as virtudes e os principais eixos problemáticos da Escola – alguma indisciplina, algum abandono e insucesso escolar. Com vista a superar estes problemas e trabalhando para a construção de uma Escola de qualidade e sucesso, o lema do nosso Projecto Educativo é justamente “Uma Escola de Todos para Todos”.

Procuramos edificar uma escola-casa, na qual o sentido de pertença, alimentado pela partilha de experiências e desafios, favoreça o pleno desenvolvimento das capacidades e a construção harmoniosa das personalidades, numa perspectiva de cidadania e, por isso, numa abertura permanente e solidária ao Mundo. Assumimos os seguintes princípios orientadores :

- Defesa de uma escola inclusiva e plural, onde as diferenças sejam encaradas como riqueza, no sentido de propiciar um melhor entendimento de si mesmo e do mundo, no respeito consciente pelos direitos humanos e na promoção de práticas de partilha e solidariedade.
- Valorização dos afectos, possibilitando o desenvolvimento equilibrado das personalidades e a construção de universos pessoais sem violência.
- Empenho no desenvolvimento pleno das capacidades dos alunos.
- Promoção da autonomia posta ao serviço da resolução de problemas concretos e das aprendizagens.
- Articulação dos saberes das diversas áreas.
- Promover a cultura interdisciplinar e a articulação mais eficaz entre os ensinos Básico e Secundário, com vista ao alcance de um efectivo sucesso escolar.

Assim, e a título meramente exemplificativo da diversidade das nossas práticas, no Ensino Básico, face à necessidade de promoção de sucesso e de superar algumas dificuldades, a Escola entrou na experiência da Gestão Flexível de Currículos há três anos, ofereceu um curso profissional de nível 2 e uma turma de currículos alternativos.

Para nós, uma Escola com qualidade é uma Escola que se preocupa com o sucesso dos alunos dentro da sua diversidade (e sublinho esta ideia da sua diversidade).

É uma Escola preocupada com:

- a integração social,
- o acompanhamento dos alunos com dificuldades, recorrendo ao apoio dado pelo SPO
- a integração multiétnica, recorrendo aos serviços de uma animadora socio-cultural, colocada na Escola a nosso pedido
- actividades de complemento curricular diversificadas
- mas também com o sucesso educativo que se manifesta em índices elevados de ingresso no Ensino Superior em 1.^a opção.
- a abertura às novas tecnologias e ao ensino experimental
- a formação permanente de professores e funcionários, de acordo com as respectivas necessidades e que tem tido visibilidade prática no elevado número a frequentar acções de formação pós-laborais.

Este é o caminho que procuramos seguir.

Conscientes do investimento que se tem vindo a fazer, das nossas fraquezas e do muito que há por construir, impõe-se organizar a Escola de uma forma muito mais adequada, para que ela possa responder não só aos anseios da sua população, mas também aos desafios que um mundo em mudança permanentemente nos impõe. Em nosso entender é necessário:

- Responsabilizar os diversos actores intervenientes na nossa comunidade educativa.
- A transparência e clareza em todos os níveis- os direitos e deveres de cada sector devem vir consignados no Regulamento Interno de forma clara, excluindo qualquer leitura ambígua geradora de mal estar e conflito. O próprio Projecto Educativo deve ser claro e corresponder às expectativas da generalidade dos actores envolvidos.
- Reforçar e pôr em funcionamento de forma eficaz os órgãos intermédios (Directores de Turma Coordenação dos Directores de Turma, Coordenadores de Departamento, etc.).
- Reforçar o trabalho em equipa ao nível dos grupos disciplinares/departamentos curriculares, como forma de superar debilidades ou fraquezas que surjam mesmo que pontualmente (novos programas, novas metodologias, problemas relacionais com alunos ou colegas) e promover a interdisciplinaridade.
- Colaboração e diálogo com todos os intervenientes (professores, pais, alunos, funcionários e meio), mas no respeito pelas competências e/ou áreas de cada um.

- Melhorar o funcionamento dos canais de comunicação e informação, por forma a responder em tempo útil às solicitações.
- Avaliar a todo o momento o trabalho desenvolvido em vários níveis (auto-avaliação, avaliação interna e externa) mas sempre com objectivos formativos.

Estamos cientes de que uma cultura de responsabilização e de qualidade não se constrói no imediato, nem pode ser imposta pelo poder central, mas é o resultado de uma consciencialização permanente e de um trabalho que nos deve envolver a todos.

Este é o caminho que temos vindo a seguir, com escolhos e obstáculos, mas também com força, confiança e alegria. É o caminho que pretendemos continuar a seguir.

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO – A IMPORTÂNCIA DO ENSINO SECUNDÁRIO**

JOSÉ MIGUEL FALCÃO BETTENCOURT*

Neste fórum para a qualidade e avaliação da educação, quando se fala em avaliação e qualidade do sistema educativo, fala-se sobretudo naquilo que é vital na educação, ou seja, temos uma educação com qualidade e temos uma educação em que há uma avaliação permanente. É, sem dúvida, fundamental.

A minha intervenção vai ser muito sucinta e portanto queria aqui chamar a atenção para apenas alguns aspectos, para a forma como se adequa a avaliação e a qualidade da nossa educação. Por exemplo, a passagem dos estudantes do ensino secundário para o ensino superior.

Há aqui três aspectos que são vitais para que essa passagem se faça com sucesso quanto a mim. Uma delas é a preparação, a forma como vai preparado o estudante para um novo horizonte, um novo ensino que se chama ensino universitário. Será que essa preparação lhe é oferecida com condições reais, tendo em vista o grau de exigência e de ensino que se pratica no ensino superior? Uma pergunta que deixava aqui no ar.

Por outro lado, métodos de estudo. Hoje em dia os nossos estudantes terão efectivamente métodos de estudo? Há que repensar também isto.

Por outro lado, será que os nossos professores tanto do ensino secundário como do ensino superior, de alguma forma, terão conhecimento desta passagem profunda dos estudantes?

Podia-se, quando muito, sugerir uma atenuação do sentimento que parte do estudante na passagem do ensino secundário para outro ensino, do ensino secundário para o ensino superior e isto poderia ser deduzido como? Se efectivamente houvesse um sistema igualitário e proporcional em termos de ensino, ou seja, se houvesse uma clara continuidade, um sistema de ensino contínuo, mas sobretudo em que houvesse um espaço de diálogo permanente, digamos assim, entre as instituições do ensino superior e as instituições do ensino secundário. Aqui foco a importância vital que tem o ensino secundário na nossa educação, que é sem dúvida

*FNAEES - Federação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Secundário

**Texto não revisto pelo autor

o ensino motor, o ensino pilar de preparação e formação, onde o estudante está mais anos da sua vida, onde o estudante de alguma forma passa da escolaridade mínima obrigatória para um outro tipo de escolaridade.

Não será aquele ensino em que o estudante tem um ensino mais específico, com mais exigência, como é o ensino superior, mas será certamente aquele que é a chamada preparação de alguma forma mínima para a vivência em sociedade, ou seja, hoje em dia o aluno ter o ensino básico completo não basta.

Para nós competirmos com os outros países da Europa temos que ter um horizonte mais alargado, uma preparação e formação que de alguma forma nos dê uma outra forma de estar.

Penso, contudo, que a discussão não se poderá nunca centrar dentro da escola, ou seja, nós não podemos focar a questão de avaliarmos uma escola de uma forma interna.

A escola tem que ser vista, tem que se quebrar aquele divórcio que há constantemente entre a escola e a sociedade e a sociedade e escola, ou seja, tem que haver uma maior aproximação da sociedade aos problemas da escola e vice-versa. É por isso vital, importante, falarmos na educação de uma forma transversal, de uma forma contínua e equilibrada. Aqui, na avaliação, há uma outra avaliação que eu gostava de focar: os estudantes são avaliados pelos exames nacionais, pelas suas notas e eu sou a favor da avaliação por parte de todas as pessoas que fazem parte do sistema educativo. Se não houver uma avaliação directa, formal, que haja pelo menos uma avaliação moral, ou seja, vermos se os nossos professores estão a proceder a um ensino correcto ou não, fazer uma avaliação permanente de todos aqueles que fazem a escola.

Os professores também têm que ter um acompanhamento, também em termos de avaliação.

Quando falamos em qualidade da educação, temos que perguntar qual é o nível. Há algum patamar? Alguém decidiu? Há algum patamar de qualidade? Até onde é que se pretende ir?

Quanto a mim, o grande problema da educação neste momento é que pouca gente faz uma prospectiva futurista daquilo que será a educação nos próximos 5, 10 anos, ou seja, todos nós pensamos na educação a curto, médio prazo, e todos nos esquecemos daquilo que efectivamente queremos. Alguém sabe o que é que é

importante nós decidirmos, com que patamar de qualidade da educação, aquilo que é exigido como mínimo na escolaridade obrigatória? Alguém sabe de que é que os nossos estudantes precisam realmente?

Será que este ensino que temos hoje é realmente o ensino de que precisamos, tendo em conta a sociedade onde vivemos? Será que este ensino se reactualiza consoante as mudanças na sociedade, será isto verdade?

Por outro lado, temos a noção de que, o ensino superior é, de alguma forma, um ensino específico com uma formação e exigência específicas.

O ensino superior é um ensino muito específico, é um ensino que tem que obrigatoriamente ter em vista a formação, preparação de um indivíduo para a sua introdução na sociedade, mas sobretudo na preparação e formação do indivíduo para aquilo que é um dos objectivos máximos do ensino superior que é fazer com que se possa estar ao nível dos estudantes da Europa, dos cidadãos da Europa.

O que é que falha aqui? É isso que eu gostava de alguma forma lançar o repto para que os Senhores Conselheiros pudessem analisar.

Gostava de saber, gostava de compreender como é que se poderá dar a volta a esta falta de conexão que há entre os vários níveis de ensino, entre o ensino básico e o ensino secundário. Sente-se entre o ensino secundário sobretudo e o ensino superior. Como é que se vencerá esta falha. De conexão entre estes níveis de ensino?

O nosso objectivo é estarmos de alguma forma a par, no patamar da formação e preparação, e só assim é que poderemos competir nesta sociedade de plena competição.

Por outro lado, as novas tecnologias são, um sinal de qualidade na educação. Os nossos estudantes estarem a par das novas tecnologias é sem dúvida darem um passo em frente rumo ao futuro.

Será que esta nova geração, poderá vencer a qualidade da educação através das novas tecnologias? Esta também é uma pergunta e um enigma que deixo.

Sou muito pessimista em termos de avaliação das coisas na educação. Acho que as coisas vão mal e acho que vão continuar a ir mal enquanto não tivermos uma estrutura, um programa em que vejamos a situação duma forma abrangente, apartidária. Sei que, por vezes, é impossível porque cada partido que está no

governo quer ter o seu ritmo, quer impor as suas propostas, mas tem que haver aqui a noção de que a educação é algo mais vasto do que reduzirmos isto a meras quezílias partidárias, a meras opções partidárias. A educação não é isso, a educação é muito mais que isso; a educação é feita de pais, de professores, de alunos, de pessoas que se preocupam há um sentimento comum em todos nós que é o querermos uma educação melhor com mais qualidade. Acho que estamos todos em sintonia: queremos uma escola e uma educação com mais qualidade e queremos que se faça uma avaliação correcta dos diferentes patamares da nossa educação. Estamos todos a favor disso.

Agora, a grande pergunta é: como é que se faz essa avaliação de uma forma consensual que permita às pessoas trabalharem com o espírito único que se chama educação? E esse é o grande enigma.

Todos os anos sabemos a avaliação das nossas escolas. Acho que temos que caminhar para um ensino mais justo, um ensino que ofereça garantias de uma forma igualitária, mas penso que não devemos discriminar a escola X ou a escola Y em termos da sua formação.

Eu penso que a educação é feita para todos e de todos e, portanto, nesse sentido, temos de nos consciencializar de que a formação, a qualificação que temos que dar aos nossos professores, a qualificação e formação que temos que dar ao nosso sistema educativo tem que ser feita de uma forma global e não podemos especificar esta ou aquela escola.

Eu deixava apenas umas notas e umas reflexões.

Com certeza haverá pessoas que irão comentar, mas gostava de deixar alguns elementos para pensar, por exemplo, na questão do nosso ensino público, a diferença entre o nosso ensino público e o nosso ensino privado.

Nós temos um ensino privado com extrema qualidade, um ensino privado em que os nossos alunos têm uma boa formação e preparação, mas os professores são os mesmos, os professores que dão aulas no ensino público são os mesmos que dão aulas no ensino privado.

Isto leva-nos a questionar o que é que poderá falhar no sistema educativo? Será a questão da remuneração dos professores? Eu creio que não e eu penso que é todo um espírito que nós temos que introduzir na escola e acho que só conseguimos uma escola melhor no dia em que conseguirmos fazer algo que eu acho que é magnífico,

que é fazermos de uma escola uma família em que tenhamos os professores, os estudantes, os pais, as auxiliares educativas a pensar num só rumo, num só caminho. A escola atravessa hoje graves dificuldades a todos os níveis, mas eu penso que não é só pelo financiamento que nós temos que analisar a nossa educação. Acho que tem de haver vontade e essa vontade tem que ser lançada.

Agora, será que os nossos governantes serão capazes de lançar essa vontade através das políticas que implementam? Será que são capazes de nos convencer a trabalhar? Penso que isso é um espírito que tem que ser criado em cada indivíduo, ou seja, cada indivíduo tem que se consciencializar de que a educação é algo de importante. Eu costumo dizer que a educação é o coração de uma sociedade e portanto nós temos que perceber isto, como outros países já perceberam, como a França já percebeu, como a Irlanda já percebeu, e portanto só quando nos consciencializarmos de que a educação é o pilar da sociedade é que poderemos caminhar para uma educação melhor.

CNE

VENCER O INSUCESSO E O ABANDONO MELHORANDO A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO – O NOSSO DESAFIO

ANTÓNIA ILHÉU*

Estando o nível de desenvolvimento de um país intimamente ligado ao nível de educação/formação da sua população, em grande parte, adquirida na escola, cabe a esta um papel fundamental e decisivo na educação/formação dos cidadãos. A escola pública e, nomeadamente, a escola básica tem por isso uma grande responsabilidade na sociedade e **tem a obrigação de oferecer a todos os que a procuram um serviço de qualidade**. A Escola cumprirá este desiderato se desenvolver o que há de melhor em cada um, proporcionar a todos competências que lhes permitam encarar com segurança os desafios do futuro, criar condições para que cada um procure a sua formação ao longo da vida.

Num sistema tão complexo como é o sistema de ensino, a qualidade da educação/formação é consequência não só de factores muito diversos como da maneira como estes interagem entre si. Somos sempre tentados a encontrar no exterior do sistema educativo e na falta de recursos, com que muitas escolas se debatem, as principais causas das nossas dificuldades. Estes problemas são reais e dificultam o nosso trabalho mas, há muitas escolas que fazem muito e bem, com muito pouco.

O sentimento contraditório dos profissionais da educação que resulta de, por um lado, saberem que deles depende a sociedade do futuro mas, ao mesmo tempo, não serem reconhecidos por essa mesma sociedade, leva à desmotivação de muitos. Apesar disso, há muitos profissionais empenhados nas escolas e há muitas escolas que oferecem uma educação/formação de qualidade às suas crianças e jovens. Mas, **o que é isso da qualidade da educação/formação?** São os resultados dos exames ou das provas aferidas?

Em nosso entender a qualidade revela-se por esses indicadores mas esses não são os mais importantes, há outros. O nível de bem-estar da comunidade educativa, o

* Professora da Escola Básica dos 2.º, 3.º ciclos de Santa Clara, Évora

envolvimento nos projectos que se propõe levar a cabo, o cumprimento dos seus objectivos, a eficácia das aprendizagens que proporciona e que vai para além do desempenho nos exames e se manifesta nas competências desenvolvidas, são muito mais significativos.

Feitas estas considerações, consideramos que **os rankings das escolas não só não melhoram a qualidade do ensino como criam situações graves de injustiça** e podem promover uma competitividade desenfreada em que os mais fracos continuarão cada vez mais fracos e os mais fortes cada vez mais fortes, utilizando, como é usual nestas situações, todos os meios para atingir os seus objectivos, ou seja, melhores resultados nos exames.

Somos contra os rankings, não somos contra a avaliação da educação. As escolas, enquanto instituições que prestam um serviço do qual depende, em grande parte, a construção da sociedade em que se inserem e sustentadas pela própria sociedade, têm a obrigação de dar contas do trabalho que desenvolvem e dos seus efeitos no exterior. Assim, **consideramos que deve ser avaliado o trabalho que se faz nas escolas.** Mais, **consideramos que, a par de uma auto-avaliação,** que deverá ser o cerne de todo o processo avaliativo, **deve haver uma avaliação externa.**

Na nossa perspectiva **as escolas devem apostar na auto-avaliação.** São as escolas que melhor conhecem as suas especificidades, os seus recursos e os seus estrangulamentos. É a comunidade educativa que deve traçar as metas que deve e pode alcançar e definir os percursos a percorrer para as atingir. Para isso, deve identificar os seus pontos fortes, para os reforçar, e os seus pontos fracos, para intervir de forma a que estes deixem de o ser. **É da reflexão interna,** a todos os níveis, **que deve surgir a vontade de melhorar** para que as medidas que se adoptarem sejam eficazes e conduzam à melhoria da educação/formação que se produz.

De uma forma geral podemos dizer que é este o sentimento dos professores do Agrupamento de Escolas em que nos inserimos.

A Escola Básica 2/3 de Santa Clara tem procurado desde há muitos anos encontrar soluções para os problemas que se lhe colocam, tendo sempre no seu horizonte contribuir para a formação integral dos seus alunos, **de todos os seus alunos,** dando a cada um o melhor que é capaz e procurando que a educação/formação que oferece seja de qualidade. Há na Escola um grupo significativo de profissionais dinâmicos e empenhados em melhorar a qualidade da educação/formação que se tem envolvido em projectos que lhe têm sido apresentados (PEPT, Gestão Flexível do Currículo,

Boa Esperança/Boas Práticas, Ciência Viva, Nónio, Bibliotecas Escolares, Projecto Individual de Educação/Formação) e noutros da iniciativa da Escola (“Aprender a Aprender”, Pré-aprendizagem, Centro de Apoio Educativo, Gabinete de Ideias) que têm contribuído para criar uma identidade própria da escola e que poderíamos resumir da seguinte forma: **todos têm direito a uma educação/formação de qualidade e esta deve prepará-los para a vida.**

Estas preocupações, que consideramos importantes e que são uma constante da nossa vivência, não se enquadram num *ranking* de escolas baseado em resultados de exames, mas **não podemos e não queremos abdicar delas**: uma escola para todos não pode ser avaliada da mesma forma que uma escola só para alguns; uma escola com alunos de estratos socioeconómicos elevados não pode ser avaliada da mesma forma que uma escola em que há uma elevada percentagem de alunos subsidiados; uma escola com grande estabilidade do corpo docente não pode ser avaliada da mesma forma que uma escola com grande mobilidade de docentes, etc.

Isto não significa que indicadores directamente associados ao sucesso escolar não estejam no âmbito do nosso trabalho e não sejam fonte de reflexão. Com efeito, desde 1996 que a escola tem vindo a recolher, tratar e analisar, de uma forma organizada, indicadores que nos dão uma perspectiva do nível de consecução, por parte dos alunos, dos objectivos de cada disciplina, da percentagem de sucesso, insucesso e abandono escolar e até da qualidade do seu sucesso. É um trabalho feito em cada período escolar, tratado no Conselho Pedagógico, nos Departamentos e nos Conselhos de Turma. Da reflexão feita resultam propostas de medidas a implementar pelos Departamentos e pelos Conselhos de Turma.

Neste momento questionamo-nos sobre se é suficiente o que tem sido feito e avançamos já para outras estratégias de trabalho, comparando, por exemplo, dados do último período escolar com os dados do mesmo período do ano transacto e analisando outros elementos recolhidos, por exemplo, nas actas dos Conselhos de Turma.

Desde há vários anos que em cada Conselho Pedagógico se faz a avaliação das actividades realizadas na escola, previstas ou não no seu Plano Anual de Actividades e desenvolvidas entre dois Conselhos Pedagógicos. Dessa avaliação têm resultado alterações no tipo de actividades que se propõem para cada ano, na planificação e execução de actividades, na forma de as avaliar. Para alterar a forma de avaliar as actividades, foi decisiva a elaboração do relatório final de execução do Plano Anual de Actividades a apresentar à Assembleia de Escola.

O Projecto Educativo foi desenhado com base nos princípios atrás referidos, nas orientações provenientes das reflexões resultantes das avaliações feitas, nos resultados escolares dos alunos e em problemas que emergiram depois de se procurar saber o nível de bem estar dos elementos da comunidade educativa.

À Assembleia de Escola compete avaliar a execução do Projecto Educativo. Aqui surge **mais um pretexto para uma avaliação interna** do que se faz nas escolas do Agrupamento e **um desafio para a construção de instrumentos de avaliação**.

Os Projectos em que a Escola se tem envolvido têm sido sempre objecto de avaliação, muitas vezes feita só por iniciativa da escola e outras por iniciativas exteriores. A título de exemplo podemos referir o mais recente, o Projecto de Gestão Flexível do Currículo: a escola tomou a iniciativa de avaliar o trabalho que estava a desenvolver; aprofundou esse trabalho com a ajuda do Programa Boa Esperança/Boas Práticas; o Departamento de Educação Básica também se empenhou nessa avaliação e a própria Associação de Pais também fez a sua avaliação do Projecto.

As referências feitas permitem evidenciar que **a escola tem implementado algumas formas de autoavaliação** mas, em nosso entender, estas devem ser aprofundadas, nomeadamente, no que se refere às técnicas e instrumentos utilizados. Parece-nos importante que o Ministério da Educação disponha de técnicos que possam ajudar as escolas a construírem instrumentos de avaliação e a desenvolverem processos de auto-avaliação credíveis.

Para além da avaliação interna, **as escolas devem também ser objecto de uma avaliação externa a cargo de entidades exteriores e independentes**, com parâmetros definidos a nível nacional, que sejam do conhecimento de todos e que respeitem as diversas realidades escolares. A avaliação externa deverá garantir objectividade de critérios e poderá permitir que cada escola perceba se está ou não a dar as respostas adequadas aos desafios que lhe são colocados pela política nacional de educação. **A avaliação da educação é necessária e deve contribuir para a melhoria da sua qualidade** porque esta é indispensável para o desenvolvimento sustentado da sociedade e para o bem-estar de todos.

Mas, **seja qual for o tipo de avaliação que se faça da educação, esta não deve servir para hierarquizar escolas**. Deve ser um ponto de partida para que cada escola reflecta sobre si própria e decida o percurso que deve percorrer. **Rankings de escolas com base em resultados de exames não servem ninguém e não melhoram a qualidade da educação**.

CNE

Comentários

CNE

CNE

É com muito gosto que aqui estou porque esta é uma matéria que à FENPROF muito interessa. Nesse sentido, vai a minha Federação realizar também um debate sobre a matéria no próximo mês de Fevereiro. Claro que dez minutos não chegam a ser tempo para comentar as intervenções que até aqui ouvimos mas, pelo que já foi dito, creio que o debate vai ser fundamental.

Queria só, e sem retórica, felicitar vivamente os três colegas porque trouxeram algumas questões muito velhas mas permanentemente novas porque são de facto de uma grande exigência. Algumas delas apareciam, não só na avaliação feita pelo Instituto de Inovação Educacional, mas agora também pela própria Inspeção-Geral da Educação. Prendem-se com a avaliação dos alunos, a diferenciação de estratégias, etc., e continuam a ser pontos a aperfeiçoar.

As intervenções que aqui foram produzidas tocam um aspecto, quanto a mim extremamente importante, e que é de facto um reforço sinérgico entre os diversos actores da escola – professores, alunos, pais – porque por aí também passará a qualidade. Acompanho os três colegas no sentido de que a qualidade é claramente alguma coisa que não é definível por uma única face de um prisma extremamente complexo. Exige-se efectivamente, uma leitura de várias perspectivas, para que se possa encontrar uma verdade sempre difícil de definir.

O certo é que o *ranking* das escolas não serviu. Tal *ranking* é uma mistificação como prova da qualidade. A posição da FENPROF é muito clara acerca desta matéria. É pertinente referir que tivemos hoje aqui o Professor João Praia, Secretário de Estado, que também, no fundo, acompanha a FENPROF e os colegas que aqui falaram, porque numa entrevista diz que “os exames do 12.º ano serviram para maus fins e foram pouco esclarecedores já que foram intencionalmente, em muitos casos, enquadrados por filosofias antigas.

Trata-se menos de fazer *rankings* de escolas ou de professores para diminuir intencionalmente imagens, para reforçar representações sociais e mais de colocar no centro do debate a reflexão, a ponderação, o estudo, o aprofundamento de uma matéria de grandes exigências sociais.

* FENPROF – Federação Nacional de Professores

Trata-se de qualificar o debate da qualidade da avaliação na educação ou o lugar que lhe é devido e não se apropriando do tema para gerar situações confusas de perplexidade, de exageros de linguagens que nada contribuem para a clarificação e resolução com serenidade e seriedade dos problemas, já de si difíceis com que, nesta como em tantas outras matérias, diariamente nos confrontamos”.

Joaquim Azevedo também acompanha isto num texto: “a avaliação é um processo fundamental e deverá ser incontornável, como todos os professores muito bem sabem”.

Aliás, os professores disseram hoje aqui que não é contra a avaliação que estão, mas sim contra a avaliação das escolas ou dos alunos através de *rankings*, de resultados dos exames do 12.º ano. O próprio Joaquim Azevedo diz ... “avaliar uma escola secundária através dos resultados dos exames nacionais dos seus alunos do 12.º ano é uma via muito deficiente para encetar dinâmicas responsabilizantes de avaliação interna e externa do desempenho das escolas”.

Portanto, esta é uma questão que está em cima da mesa e que, provavelmente, surgirá no debate como outras muito interessantes, vg os currículos alternativos. Foi aqui dado o exemplo de uma escola na qual “currículos alternativos aqui não entram”. Porém, noutras, eles foram experimentados. Penso que é outra das questões colocadas pelas intervenções. Houve uma expressão muito repetida que foi “a escola para todos” e eu aí acrescentaria “escola para todos e com todos”, o que não é bem a mesma coisa, porque algo se acrescenta, que é a da participação activa de todos os alunos como actores.

Foi também colocado o problema das provas aferidas que em Portugal está claramente sustentado na ideia de que as provas aferidas devem ser de natureza universal e total e, portanto, abranger todos os alunos das escolas de todo o país e ainda, infelizmente, em datas do ano que claramente cheiram a exames, o que, juntamente com as questões dos resultados do 12.º ano, levantam um problema que também esteve implícito nas intervenções: o de que os processos de ensino e de aprendizagem podem ser subvertidos no sentido de passarmos a ter escolas que trabalham para os resultados escolares. Ou seja, como se diz vulgarmente, os alunos passam a estudar para testes.

Esse é também um dos problemas interessantes que foi aqui colocado.

O outro tem a ver com as relações interpessoais. Lembro que a realidade das escolas é muito heterogénea. Aqui foi trazida uma realidade de grande cooperação, trabalho

cooperativo, trabalho em equipa, reforço da confiança dos alunos, dos professores, dos pais, mas, li no Verão passado um livro muito actual, do Manuel Matos e do José Alberto Correia, exactamente sobre as solidões dos professores. Essa é uma situação de facto que se contrapõe a uma visão cooperativa e que creio ser necessário superar quando se procura a qualidade do ensino.

Por outro lado, foi também falado (e várias experiências se relataram) o problema da autonomia. Problema tanto mais pertinente quanto estamos perante um Estado controlador, o que claramente se choca com um efectivo exercício dessa mesma autonomia. É o Estado quem tem provocado também essas solidões, esse mal estar dos professores. Tal não foi dito, mas creio que está implícito. Será uma matéria extremamente interessante porque não se pode procurar qualidade sem condições de trabalho ajustadas e sem ouvir os próprios professores.

Creio que essa deverá ser uma questão autonomizada quando se procura a qualidade da educação e a qualidade das escolas.

Esse mal estar dos professores, é, por vezes, gerado por manifestações de indisciplina, cujas causas passam pela falta de confiança entre professores, estudantes e pais, a que deve ser acrescentada a falta de regras adequadas de funcionamento das escolas. Penso que ainda passará, nalguns casos, pelo excessivo número de alunos por turma e pelas mudanças constantes ocorridas no próprio sistema educativo de que se destacam as curriculares, as quais, aliás, incidem mais nos conteúdos do que numa reflexão sobre estratégias e métodos de aprendizagem. Creio que estas são questões fundamentais que devem ser encaradas e discutidas quando se busca essa mesma qualidade.

Depois, foi aqui dito, de um modo muito interessante, que é necessário o reforço do trabalho cooperativo no interior do corpo docente. Creio que tal é decisivo e acho que muitas escolas (para usar uma expressão que não é minha) são formadas por muitos combatentes solitários. Muitos dos professores de hoje são combatentes solitários em vez de serem agentes de uma equipa orientada por um trabalho cooperativo.

Também, creio que as estruturas de gestão, todas as estruturas de gestão democrática, e a autonomia deviam corresponder a uma descentralização efectiva da máquina ministerial que continua a ser, do meu ponto de vista, profundamente centralizadora.

Como aqui também foi dito, mantém-se entre os professores a esperança numa escola que possa responder à exigência, e perdoem-me a citação do clássico, “a cada um segundo as suas necessidades”. Tal desígnio é tanto mais importante quanto, cuidado, que a generalidade das escolas continua a tratar todos como se fossem um só e do que se trata é exactamente do contrário. Por aqui passarão com certeza os caminhos da qualidade. É altura de me calar e dizer “viva o debate”.

A sociedade portuguesa não tem presente uma grande cultura de avaliação. Quando falamos em avaliação, alguns pensam apenas numa das dimensões da avaliação e, a meu ver, talvez a menos interessante, que é a da classificação.

Aspectos importantes da vida escolar de um aluno são baseados na classificação. A título de exemplo, façamos uma breve reflexão sobre o modelo de acesso ao ensino superior.

Pretende-se aferir se um determinado estudante é possuidor de capacidades, conhecimentos e atitudes adequadas ao curso de ensino superior e à instituição em que pretende ingressar, através da classificação na prova de uma ou duas determinadas disciplinas curriculares do ensino secundário. Ser um aluno de classificação elevada, por exemplo, em Biologia, é condição “sine qua non” para garantir que é detentor das capacidades, conhecimentos e atitudes para o curso de Medicina? Mas é, igualmente, para um vasto leque de cursos, desde enólogo, engenheiro silvicultor, educador de infância, etc.. Será que todos estes cursos requerem as mesmas qualidades do candidato? Saber fazer vinhos ou ser médico requerem, à partida, as mesmas capacidades, conhecimentos e atitudes de parte dos alunos?

Serve ainda este sistema para discriminar um aluno em relação a outro? Será que um aluno, por ter obtido mais duas décimas a Biologia que um seu colega – o que em determinada situação permitirá a um ingressar no curso de Medicina e ao outro não –, garantirá à sociedade que tem maior aptidão para ser médico?

Acresce que estas provas foram criadas e são elaboradas com o objectivo de serem provas finais e aferidoras do “terminus” do ensino secundário, e não como processo de avaliar a capacidade dos candidatos ao ingresso no ensino superior.

Vamos fazer depender aspectos tão importantes da vida de um estudante de uma única prova? Terminou-se com os exames e optou-se por um modelo de avaliação contínua, para todo o ensino básico e secundário, por se considerar que este é mais adequado.

* Escola Superior de Educação João de Deus

Falamos muito das escolas em termos de sucesso escolar ou sucesso educativo, mas o que se entende por isso? O que está por detrás desta expressão?

Sucesso educativo é um aluno ter mais de dez valores a cada disciplina ou mais de três? É isto que entendemos por sucesso educativo?

Gostaria mais de falar no sucesso para a vida e, portanto, não pensar só na dimensão escolar, só na dimensão educativa, no sentido restrito, e começar a centrar-me mais no sucesso educativo, em sentido lato, porque de nada serve à escola garantir e atestar através de um diploma o sucesso escolar, se depois esse jovem, esse adulto, que traz esse diploma de sucesso, não consegue sucesso na vida.

É o sucesso na vida, entenda-se, na sua dimensão social, familiar, na sua dimensão emocional, na sua dimensão profissional, que deveria estar em causa. Portanto, esta é uma primeira questão.

Como sabemos, temos uma grande tradição de avaliação de conteúdos, que é o mais fácil; mas tudo se complica, quando pensamos em avaliar os alunos na sua aquisição de competências, no seu desenvolvimento de capacidades.

Coloca-se aqui mais um problema, quando descemos a um nível, que ainda não foi abordado nesta mesa, que é do pré-escolar, a educação de infância. E porquê?

Porque, sobretudo o educador de infância ajuda a criança a desenvolver-se e, normalmente, aquilo que faz com as suas práticas, aquilo que faz com as actividades que organiza, aquilo que faz com as suas atitudes, só se reflecte passados uns anos. Não é bem como um professor de Matemática que, se organizar práticas de má qualidade, chega ao fim do semestre e verifica que os seus alunos não aprenderam determinados conteúdos matemáticos que considerava importante. Portanto, obtém um *feed-back*, quanto mais não seja, nesta dimensão restrita e muito limitada, mas já é alguma coisa, sobre o seu desempenho profissional.

O educador de infância não tem esse retorno imediato, porque os seus efeitos vão reflectir-se daí a dois ou três anos, e normalmente não temos tradição de dar o *feed-back* a este educador ou ao professor dos efeitos daquilo que fez. Esta é uma questão preocupante da avaliação.

Muito daquilo que fazemos hoje, na escola, vai dar frutos (bons ou maus) daqui a algum tempo e o docente e a escola normalmente não têm mecanismos de informação relativamente a esse retorno.

É fundamental fornecer este *feed-back* quer ao aluno, quer ao docente, quer à escola, quer à comunidade educativa, sobre o desempenho que a criança ou o jovem estão a ter.

O processo de avaliação deve contemplar a metodologia de recolha de dados, os parâmetros e critérios mais adequados ao que se pretende avaliar, de molde a fornecer aos diferentes actores preciosas informações.

Um ente avaliado necessita saber que aspectos realiza bem, em que outros ainda não consegue atingir o desempenho desejado, onde se deve esforçar mais e como pode lograr a mestria necessária. Para onde deve canalizar os esforços, neste ou naquele aspecto.

Pensemos, a título de exemplo, na “avaliação”, como alguns denominam, de uma composição de alunos do 1.º ciclo do ensino básico. Que informações obtêm os alunos, pais, escola e comunidade, face a um aluno que obtém a classificação de Bom, e outro de Suficiente. Alguns diriam que o primeiro aluno é melhor que o segundo. Outros que o primeiro realiza melhor as tarefas pedidas que o segundo. Mas em que aspectos é que o primeiro realizou melhor a composição?

Foi na caligrafia? Na ortografia? Construiu de uma forma mais correcta as frases ou a estrutura do texto? Foi a sua composição mais original e como um desenvolvimento da narrativa mais adequado? Transmitiu de forma mais precisa as suas ideias? Saberá o segundo aluno onde se deve esforçar mais, o que terá de melhorar para também obter a classificação de Bom? Ou o que terá de fazer para alcançar a excelência?

Seria algo a pensar, de forma a fomentarmos um debate com todos. Como é que podemos realmente mudar a nossa prática, mudar a escola e mudar a atitude dos pais, que ficaram preocupados em saber se o aluno teve mais de 10, em lugar de se centrarem noutras dimensões mais relevantes.

Colocaram-nos aqui algumas questões, nomeadamente o impacto que tiveram com os instrumentos de avaliação da Escola.

Eu não gostaria de falar de *rankings*, mas antes na questão do relatório das provas de aferição do 1.º ciclo, como já fiz em vários fóruns. Mais uma vez gostaria de felicitar o Departamento de Ensino Básico pela qualidade do relatório; penso que representou um instrumento de *feed-back* de informação muito importante para a escola.

Estou absolutamente de acordo, que não deve ser único: é extremamente perverso que a escola centre a sua preocupação em capacitar os alunos exclusivamente para a realização de provas. Agora, isto não é mal da prova. Mal é a atitude que os professores e as escolas têm perante um belíssimo instrumento, que até apresentava algumas pistas e diagnosticava preocupações de algumas lacunas em relação a determinadas competências.

Portanto, o grande problema da avaliação não reside, muitas vezes, nos instrumentos, mas na atitude que os actores têm sobre esses instrumentos. Carecia de se saber o que é que cada escola, o que é que cada professor faz quando recebe, da parte do Ministério da Educação, o relatório com os resultados das provas aferidas.

São vários os países da União Europeia que, já há alguns anos, têm provas deste tipo, que permitem ao professor ver como é que está o desempenho dos seus alunos em relação às outras crianças, quer a nível regional, quer nacional.

A outra questão que se coloca: que parâmetros de qualidade privilegiam os actores nas escolas. Esta é uma questão interessante, se calhar é um bom repto às universidades, aos centros de investigação para, em colaboração, ficarmos todos a saber algo mais sobre as escolas. Seria interessante pensar em ter algumas pistas sobre o que é que os nossos professores pensam em termos de qualidade. Qual a sua definição e entendimento de escola de qualidade?

Permitam-me recordar as palavras do nosso antigo Ministro da Educação, Professor Marçal Grilo, que referiu por diversas vezes, que uma escola de qualidade deveria ter em conta três aspectos fundamentais: ser detentora de um projecto educativo – não interessa o nome, interessa a essência; dispor de um corpo docente estável; e ter um envolvimento com a comunidade.

A questão que coloco, pisando uma vez mais o muito que foi dito nesta mesa, e que penso ser uma das chagas, permitam-me a expressão forte, do nosso sistema, é, efectivamente, a enorme mobilidade do corpo docente que temos.

Não é possível haver avaliação séria nem das escolas nem do desempenho dos docentes. Como é que uma escola avalia um docente, que muitas vezes está destacado noutra. Não deveria ser a escola em que desenvolve as suas práticas, que melhor conhece o seu desempenho, a sua assiduidade, a relação com pais e a comunidade, que o deveria avaliar?

A resposta será, claramente – com certeza! Mas a verdade é que, na prática, é o contrário que prevalece!

Como é possível avaliar um professor que, de ano para ano, muda de escola? Como é possível avaliar um projecto educativo, quando grande parte do seu corpo docente é manifestamente itinerante?

Chegados a esta altura, primeira semana de Fevereiro, em que os professores do 1.º ciclo começam a pensar nos concursos, que se realizam daqui a alguns dias, começam a pensar nos resultados e nas possíveis colocações, como é possível haver uma identificação com o projecto educativo da escola em que leccionam ou daquelas em que arbitrariamente serão colocados? Tudo porque a verdadeira autonomia não está consagrada, por lhe faltarem os pilares essenciais para que se possa concretizar.

Um dos pilares – e não me alongarei mais – consiste realmente na questão da existência de um copo docente estável e que se identifique com o projecto científico, pedagógico e cultural da escola. Esta deveria, de algum modo, poder intervir na selecção do seu corpo docente seleccionando o que melhor se adapte ao seu projecto educativo.

Ouvimos como este aspecto continua a ser crucial para manter o projecto da Escola da Ponte. Ela detém hoje um determinado projecto; decerto que, se no próximo ano lectivo o seu corpo docente mudar em 50% ou em 70%, dificilmente poderá garantir que este projecto se manterá idêntico. E quem diz este, diz outros.

Conhecemos diversos projectos de enorme qualidade no nosso País, que desapareceram, simplesmente, porque o rol de docentes que os sustentava mudou. O desempenho da escola também é afectado pela alteração da comunidade em que está inserida. Sabemos de escolas que funcionam muito bem, pelo simples facto de a comunidade ter sido alterada por uma questão de política de realojamento municipal. Este simples facto, só por si, altera o seu desempenho.

Uma escola que funcionava muito bem deixa de funcionar, simplesmente porque a comunidade educativa muda de um ano para o outro de forma drástica, e a escola não está preparada para enquadrar esta nova realidade que lhe bate à porta.

Gostaria, ainda, de não deixar perder algo de que muitas vezes nos esquecemos. Quando falamos em qualidade, deveremos ter presente: qualidade a que custo, não esquecendo o binómio qualidade-custo, porque não posso de repente começar a dizer que qualidade é ter salas com 80m², é ter instalações de grupos de 20 crianças, é pensar em ter estruturas que o País não detém, e que, se calhar, dificilmente terá porque os nossos recursos económicos são escassos.

Por último, deixo aqui um desafio e entendam-no mesmo como tal, não como uma provocação.

Recordo uma reunião em que participei do Conselho da Europa, em que um reputado especialista em avaliação da Universidade de Harvard, que orientava uma sessão de trabalhos exclusiva para países do sul da Europa, nomeadamente Portugal, Espanha e Grécia, referiu: “Como é que vocês querem falar em qualidade, quando se trabalha tão pouco nas escolas?”

Pensemos a este propósito, por exemplo, na questão do serviço não lectivo dos docentes. Quantas escolas do nosso País o têm verdadeiramente regulamentado? O que regulamentam é o serviço lectivo, porque não o fazem com o serviço não-lectivo?

Quantas escolas têm utilizado esta ferramenta fantástica, que o Ministério da Educação disponibiliza, permitindo que cada escola defina a distribuição dessas horas de acordo com o seu projecto educativo e as necessidades da comunidade? Por que razão não verifica o Ministério da Educação se as escolas regulamentam este aspecto, à semelhança do que faz noutras iniciativas?

Verifica-se o cumprimento de aspectos menos importantes deixando ao livre arbítrio este, que me parece crucial?

É evidente que todos conhecemos experiências em que docentes, e não docentes, trabalham muitíssimo. Infelizmente, para o sucesso da nossa sociedade e do país, não os podemos generalizar.

Ainda são escassos os trabalhos educativos em verdadeiras parcerias, em verdadeira comunidade. É fundamental que a escola, com os seus diferentes actores, em conjunto com a comunidade envolvente, una esforços e trabalhe para um propósito comum.

A concluir, não posso deixar de referir que, se isoladamente muitos dos decretos-lei, despachos e portarias do Ministério da Educação, são de elevada qualidade, pecam por vezes por serem contraditórios com outros existentes. Pede-se à escola nalgum documento o que outros normativos a impedem de concretizar.

Acresce que, por vezes, a realidade que temos nas escolas é muito diferente do que está plasmado na lei.

CNE

